



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete Deputado Vermelho-PP/PR

**EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025**  
**(à MPV 1300/2025)**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** Os arts. 1º e 4º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passa a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:”

“**Art.** 1º.....

§ 1º.....

§ 2º Os níveis das tarifas a que se refere o “caput” deste artigo corresponderão aos valores necessários para a cobertura do custo do serviço de cada concessionário distribuidor, segundo suas características específicas, de modo a garantir a prestação dos serviços adequados, **sendo vedado a utilização de índices relacionados a eventos climáticos de qualquer natureza, inclusive relativos a prevenção ou recomposição do sistema. (NR)”**

“**Art.** 4º.....

**Parágrafo único.** Os reajustes mencionados no caput não considerarão metas de eficiência para recomposição do serviço após interrupções motivadas por eventos climáticos extremos, assim como ações para a redução da vulnerabilidade e para o aumento da resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem como objetivo vedar, sob qualquer forma, o reajuste da tarifa de serviço público de energia elétrica que considere a utilização de índices relacionados a eventos climáticos de qualquer natureza, inclusive relativos a prevenção ou recomposição do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Consulta Pública nº 27/2024, que tem o objetivo de “*obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões*”, publicou minuta de contrato no qual permite o reajustamento da tarifa de energia motivado por eventos climáticos extremos.



Desse modo, conforme a minuta publicada, A ANEEL estabelecerá padrões de continuidade a serem observados pela DISTRIBUIDORA, contemplando, no mínimo, entre outros parâmetros, *“metas de eficiência para recomposição do serviço após interrupções motivadas por eventos climáticos extremos”*. Em ato contínuo, essa minuta estabelece que *“constituem obrigações da DISTRIBUIDORA desenvolver ações para a redução da vulnerabilidade e para o aumento da resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos, conforme regulação da ANEEL”*.

A Folha de São Paulo publicou em 25 de fevereiro de 2025 a matéria *“Tragédias climáticas passarão a impactar conta de luz no Brasil”*, na qual enfatiza que *“na prática, os reajustes tarifários da conta de luz realizados pela agência vão incluir esses novos gastos, o que ampliará, ainda mais, o custo da energia. A decisão sinaliza uma vitória para o setor, que tem resistido a bancar projetos de resposta a extremos climáticos”*.

De igual modo, o jornal O Globo publicou o editorial *“Repasse de ‘custo climático’ à conta de luz reflete resistência a cortar subsídios”*. Segundo a publicação *“a conta de luz subirá em razão da permissão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) às distribuidoras para que repassem ao consumidor o custo decorrente de danos causados por eventos climáticos extremos e dos investimentos feitos para tornar o sistema mais seguro. Os técnicos reconhecem que o ideal teria sido compensar o encarecimento dos custos pela redução dos inúmeros e pouco transparentes subsídios”*.

Há, portanto, um movimento institucional no sentido de ampliar a conta de luz no país sob o argumento de enfrentar mudanças climáticas, mas custeadas pelo consumidor. Essa medida busca compartilhar os riscos do negócio com o consumidor, de modo a socializar os eventuais prejuízos causados por eventos climáticos. Logo, é sabido que o clima está impondo desafios imensuráveis à sociedade, mas isso não justifica ampliar o custo da energia para o conjunto da sociedade.

Portanto, essa emenda tem como objetivo proteger o consumidor de sofrer aumento na conta de luz. Não é razoável o usuário ser o financiador dos riscos do negócio do setor elétrico do país, uma vez que tais riscos podem ser mitigados por contratos de resseguro, sem sufocar o contribuinte.

Nesse sentido, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

**Deputado Vermelho**  
**(PP - PR)**  
**Deputado**



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252891779400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vermelho

